

Juruna é punido apenas com censura

Após tensa negociação, a Câmara chega a acordo com o governo, que queria a cassação do deputado



Juruna crê que a decisão foi a "melhor saída para não criar caso"

Honra ou carapuça?

SYLVIA CAIUBY NOVAES

Há, por parte dos antropólogos, um grande silêncio face às repercussões do discurso do deputado Mário Juruna. Afinal, não se trata de uma questão a ser desvendada apenas pelos profissionais que se dedicam ao estudo da cultura. O fato assumiu proporções tais que superam em muito a sua real dimensão. E isso por várias razões.

Por mais precário que seja o domínio que Juruna tem de nossa língua, não creio que ele não soubesse o significado da palavra "ladrão". Na verdade, depois de tanto verem suas terras sendo há séculos espoliadas, essa é uma das primeiras palavras que os índios se vêem obrigados a aprender.

Por outro lado, creio que o discurso de Juruna deveria ter sido ouvido como o discurso de um chefe tribal que se dirige indistintamente à sua comunidade, enfatizando a necessidade de seus membros se respeitarem, e terem "vergonha" (conceito-chave em inúmeras sociedades indígenas e que implica nas relações interpessoais a partir de uma ética tradicional), de se ajudarem mutuamente, de falarem a verdade. A fala do chefe tribal, embora enuncie explicitamente cargos, não se dirige a pessoas concretas que ocupam esses cargos. Nos discursos proferidos publicamente, os chefes apenas mandam o seu recado. É um discurso de advertência e não de denúncia. E aqueles que estiverem em sã consciência poderão dormir tranquilos. Aqueles que se sentirem atingidos

certamente irão tomar as providências cabíveis, que irão variar dependendo das circunstâncias...

Creio que é nesse contexto que deve ser entendida a fala de Mário Juruna. Certamente ele não pretendia ofender a honra pessoal de cada um que ocupa os cargos por ele enunciados e nem poderia prever as repercussões que seu discurso vem causando. Por outro lado, em termos genéricos, o que ele disse não constitui nenhuma novidade. As CPIs estão aí para provar metade do que se imagina que exista neste País em termos de corrupção e incompetência. Ocorre que as pessoas que denunciam a corrupção e a incompetência têm um melhor domínio do vernáculo e manobram eufemismos com mais facilidade que o xavante Juruna (que por sinal muito lutou para que pudesse se expressar no Congresso em sua própria língua).

É de se perguntar, então, por que o Planalto se mostra tão ofendido pelo discurso de Mário Juruna. Seria essa atitude uma tentativa de desviar as atenções de problemas mais sérios que atormentam o ministério, como as imposições do FMI e a votação do DL 2.045?

Ou teria o discurso cristalizado todo o descrédito em que se vê o governo frente à população índia e não-índia? Mereceria o cacique-deputado uma advertência pela sua advertência? Neste caso, a advertência do Planalto parece se dirigir a todos que clamam contra a corrupção e a injustiça.

Sylvia Caiuby Novaes é presidente do Centro de Trabalho Indigenista e professora assistente da Universidade de São Paulo na área de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais.

"Crime mesmo é roubar terras, é matar"

BRASÍLIA — Depois de receber um longo abraço do presidente nacional do PDT, Doutel de Andrade, e já feito do susto de perder o mandato, o deputado Mário Juruna desabafou: "Isso de cassação já passou. Antigamente acontecia, mas agora não pode mais acontecer. Deputado representa o povo e assim não vão tirar representante do povo."

"Tem perigo de ser preso quando é cassado?" — perguntou. "Eu queria saber como deputado colega ia aceitar cassação. Acho que não aceitavam. Governo deve respeitar Câmara dos Deputados e os meus colegas assumiram com capacidade."

Ao se dirigir para o plenário, depois da coletiva, Juruna foi saudado com o "V" da vitória por deputados e pessoas que o aguardavam.

Ele acredita que a decisão da Mesa "foi a melhor saída para não criar caso", mas ao mesmo tempo espera que as denúncias feitas sobre "o roubo das terras indígenas", sejam apuradas.

Perguntado se faria retratação, Juruna respondeu: "Não sou homem

de duas caras. Eu queria saber qual é a diferença das palavras. No Interior, com a gente do mato, se usa sempre a palavra "ladrão". Na cidade, as pessoas falam mais difícil e dizem "corrupto". Eu quero saber se tem diferença entre "ladrão" e "corrupto". Qual a palavra melhor, ladrão, corrupto ou gato? Chamar uma pessoa de ladrão não é crime. Crime mesmo é roubar terra, é matar pessoas. Todo dia tem índio morrendo e ninguém está preso."

O deputado xavante voltará à tribuna no dia 28 de outubro. Ele continuará denunciando o problema dos pataxós há-hã-hães, cujas terras foram arrendadas para os cacauzeiros do Sul da Bahia e provocaram o discurso considerado "ofensivo". Antes disso, porém, Juruna, acompanhado pelos deputados da Comissão do Índio, visitará os pataxós que estão na ex-fazenda São Lucas, em Pau-Brasil (BA).

BRASÍLIA — Depois de 12 horas de tensas gestões, a Mesa da Câmara dos Deputados chegou a um acordo com o Palácio do Planalto, decidindo apenas repreender o deputado Mário Juruna, por ter, em discurso, insultado o Presidente da República e seus ministros, chamando-os de "ladrões".

Juruna fez essa acusação no último dia 26, no plenário da Câmara, quando falava da situação dos índios brasileiros. Os ministros reagiram pedindo a cassação do mandato do deputado, com base no artigo 35, parágrafo 2º, da Constituição ("procedimento incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes"). No fim de semana, quando se pensou que o governo recuará dessa posição, o Palácio do Planalto voltou a insistir que não abriria mão da cassação. Mas do aparente impasse passou-se à negociação, que resultou no abrandamento da punição a Juruna, conforme a "Folha" já noticiara.

Ao comunicar formalmente a decisão da Mesa — que fará uma censura escrita ao deputado — o presidente da Câmara, Flávio Marçílio, disse terem sido considerados "a qualidade de indígena do parlamentar, sua incapacidade relativa, seu não aculturamento ao meio em que vive e sua não exata compreensão de responsabilidade, infringindo porém, como deputado, normas regimentais das quais não pode ficar livre, embora em apreciação primária".

Marçílio fez questão de assinalar que a decisão reflete "a firmeza da direção da Casa em não alimentar crises", acrescentando que "os momentos difíceis que estão sendo vividos pelo País exigem compreensão e desprendimento, com a prevalência absoluta dos interesses nacionais".

O presidente da Câmara frisou ainda que, antes da censura escrita, a Mesa já aplicara uma sanção ao deputado Juruna, retendo a publicação do seu discurso, e, ao decidir por essa nova punição, foi intenção da direção da Casa manifestar inteira discordância com os termos do pronunciamento.

Segundo disse, a linguagem ofensiva à dignidade das autoridades constitucionais extrapolou mesmo a pessoa do presidente Figueiredo, "que, além de merecer o apreço de todos nós, se impõe ao reconhecimento nacional não apenas pelo cargo que exerce, mas sobretudo pela condução firme do processo democrático, que faz com desprendimento, e cuja plenitude todos nós desejamos alcançar".

"Fez-se justiça"

"Sinceramente, fez-se justiça". Foi o comentário do deputado Flávio Marçílio, presidente da Câmara, logo depois que anunciou a aplicação de "censura escrita" ao deputado Mário Juruna, como sanção pelo seu discurso do dia 26 de setembro, da tribuna, no qual se referia aos ministros de Estado com termos que foram considerados injuriosos.

A decisão foi tomada após uma reunião de toda a Mesa da Câmara, que durou pouco mais de uma hora e meia. O 3.º secretário da Mesa, Francisco Studart, votou contra a aplicação de qualquer punição ao deputado. O 4.º secretário, Amauri Muller, colega de partido de Juruna, também dis-

Governo respeita decisão da Mesa, afirma Atila

BRASÍLIA — O porta-voz da Presidência da República, Carlos Atila, afirmou ontem que o governo respeita a decisão da Mesa "porque, dentro das normas constitucionais, a Câmara decidiu soberanamente e o Presidente e os ministros consideram o caso encerrado". O porta-voz adiantou que Figueiredo, logo pela manhã, já tinha sido informado de que a Mesa não puniria Juruna da forma solicitada.

Atila destacou que a retratação de Juruna "satisfez" ao Presidente e aos ministros que se sentiram insultados com o discurso. E ressaltou que "o fato de a Mesa reconhecer, através da moção de censura, que o comportamento do deputado não era adequado, representa, também, moralmente, uma satisfação para a posição do Executivo".

Acentuou que a existência da harmonia entre os poderes requer de seus integrantes o respeito mútuo: "Nunca qualquer membro do Executivo se referiu ao Poder Legislativo ou a qualquer de seus membros nos termos em que o deputado Mário Juruna se referiu ao governo. Quer dizer, o governo acha que sua iniciativa pedindo a punição se fundamentou em fatos."

Perguntado se a decisão não representava uma perda política do governo, Atila respondeu: "Somente se a decisão tivesse vulnerado um poder que a lei e a Constituição conferisse ao governo. O governo agiu estritamente dentro daquilo que a Constituição lhe facultava. A partir desse limite, onde começa a competência constitucional e legal da Câmara, ao governo não cabe ingerência. Por isso é que eu disse que, em termo estrito, a decisão ficou a quem daquilo que o governo pediu."

cordou da sanção, mas acompanhou o voto da maioria. Explicou sua discordância num voto em separado. Todos os demais votaram a favor da censura escrita, considerando "imprópria, descortês e ofensiva" a linguagem utilizada por Juruna em seu pronunciamento.

Pela manhã, Juruna havia sido convencido pela Mesa e pelos líderes a fazer uma carta de retratação, na qual afirmara: "As palavras por mim usadas, num discurso de improviso, de forma alguma visaram atingir a honorabilidade de qualquer ministro de Estado e, muito menos, do excelentíssimo Senhor Presidente da República."

Na versão do líder do governo na Câmara, Nelson Marchezan, além da reunião que ele teve com o ministro Leitão de Abreu, segunda-feira à tarde, ontem houve telefonemas para o Palácio do Planalto, antes que afinal o presidente Figueiredo desse sua concordância para o tipo de solução encontrada.

"O Presidente concordou com a solução negociada — explicou Marchezan. Ele teve, no episódio, um papel conciliador. E a Mesa da Câmara, especialmente o presidente Flávio Marçílio, foi sensível. Assim chegamos à solução."

Leia a opinião do "Folha" no editorial "Impasse superado", na pág. 2.

Aureliano não vê confronto

BRASÍLIA — Ao apreciar ontem a decisão tomada pela Mesa da Câmara sobre o caso Juruna, o vice-presidente Aureliano Chaves procurou minimizar o incidente, sentenciando que "não há escalada de confronto; o máximo que pode acontecer é o Executivo se aborrecer".

"O Poder Legislativo — acrescentou — tem que ser soberano. Quem se submete corre o risco de transferir a deliberação para outro poder."

Aureliano entendeu que "a Mesa da Câmara decidiu bem".

"Pelos conhecimentos que tenho do Regimento Interno, a Câmara não podia ir além disso. As declarações do deputado Mário Juruna foram realmente graves e não podiam passar em brancas nuvens, mas o que era

possível fazer contra ele era uma representação à Câmara dos Deputados ou ao Supremo Tribunal Federal e preferiu-se o primeiro caminho."

A seu ver, o episódio não trará outras repercussões na área militar "porque as Forças Armadas sempre conviveram bem com as comunidades indígenas".

QUINZENA DE JEANS
 DE 19.500 POR 9.900
 NAS LOJAS
PRELUDE
 3 VEZES SEM ACRÉSCIMO